

# PLANO DE LUTAS DAS E DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO DE MARACANAÚ



## EDUCAÇÃO E DIREITOS

II Congresso Municipal das e dos Profissionais  
em Educação de Maracanaú

REALIZAÇÃO:



APOIO:



INTERNACIONAL DE  
SERVIÇOS PÚBLICOS



# PLANO DE LUTAS

## II CONGRESSO MUNICIPAL DAS E DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO DE MARACANAÚ

Dias 17 e 18 de outubro de 2025, no Auditório da Uninassau – Maracanaú  
(Av. Yolanda Pontes Vidal Queiroz, 101 - Jereissati I, Maracanaú - CE, 61900-410)

### TEXTO BASE

O II Congresso Municipal das e dos Profissionais em Educação de Maracanaú se realiza em um período marcado por intensos embates políticos, sociais e trabalhistas que atingem diretamente a educação municipal. A realidade impõe à categoria o desafio de avaliar os avanços conquistados desde o I Congresso Municipal em 2023, resistir aos retrocessos em curso e deliberar novos caminhos de luta para o próximo período.

#### **Magistério: avanços e necessidade de consolidação**

Nos últimos dois anos, o magistério obteve conquistas importantes que precisam ser mantidas, consolidadas e ampliadas. Entre elas, destacam-se:

- a retomada da aplicação do reajuste anual do piso salarial nacional de forma linear, repercutindo em toda a carreira, em primeiro de janeiro, após anos de descontinuidade;
- o avanço no cumprimento de direitos vinculados ao plano de carreiras, permitindo melhorias remuneratórias e funcionais.

Tais conquistas, porém, estão sob constante ameaça — seja por interpretações restritivas da lei, seja por práticas administrativas locais que tentam limitar ou retardar a aplicação plena dos direitos. Assim, o Congresso deve reafirmar como prioridade a defesa intransigente da manutenção da Lei do Piso (linear e na carreira) e da efetividade do plano de carreiras do magistério, garantindo que não haja retrocessos.

#### **Outros profissionais da educação: estagnação e invisibilidade**

Diferentemente do magistério, as e os demais profissionais da educação do município — secretárias(os) escolares, intérpretes, tradutoras(es) e instrutoras(es) de Libras, parte essencial da comunidade escolar — vêm enfrentando atrasos e retrocessos. Persistem lacunas na valorização, expressas na ausência de um plano de carreira que contemple suas especificidades, na remuneração defasada e na falta de políticas efetivas de reconhecimento. Essa estagnação reforça desigualdades dentro da própria categoria e exige, neste Congresso, a formulação de propostas concretas para que os avanços cheguem a todas as e todos os profissionais representadas(os) pelo SUPREMA.

## Previdência: ameaças constantes ao IPM

O Instituto Municipal de Previdência (IPM), que administra o regime próprio de previdência das(os) servidoras(es) de Maracanaú, voltou a ser alvo de sucessivas reformas sob o argumento de déficit financeiro e atuarial. A última reforma impôs maior desconto nos salários, reduzindo o rendimento líquido de trabalhadoras(es), impactando sobretudo as aposentadas e os aposentados. Além disso, denúncias sobre irregularidades e má gestão dos recursos colocam em xeque a segurança do fundo. Nesse sentido, o Congresso deve se posicionar pela manutenção do IPM, pela garantia de sua saúde financeira e pela não realização de novas reformas, ao mesmo tempo em que busca minimizar os efeitos nocivos da última mudança.

## Política educacional e modelo de escola

O município enfrenta a ameaça de implantação do modelo cívico-militar, que compromete a gestão democrática e restringe a autonomia pedagógica, ao transferir a responsabilidade pelo projeto político-pedagógico aos militares. Esses, além de assumirem uma função para a qual não foram preparados, substituem professoras e professores nesse papel fundamental. Para agravar, o modelo introduz práticas autoritárias no espaço escolar, atingindo diretamente as questões relacionadas à alteridade. Paralelamente, impõe-se a necessidade de atualização do Plano Municipal de Educação (PME): um documento que dialogue com a educação contemporânea, atenda às necessidades de estudantes e de profissionais e oriente a política educacional de Maracanaú. Outro ponto de debate é a expansão da escola em tempo integral, cuja implementação precisa ser problematizada à luz das condições materiais, pedagógicas e da valorização do trabalho docente e não docente. Além disso, é necessário enfrentar o quantitativo de estudantes por turma, hoje com médias de 35, estabelecendo tetos por etapas (EI/anos iniciais/anos finais/EM/EJA) e redução de ratio quando houver estudantes com deficiência, com apoio pedagógico especializado (AEE), profissionais de apoio, salas e mobiliário adequados. Devem constar critérios de metragem por sala, plano de ampliação de espaços (salas, laboratórios e quadras), climatização, reposição de equipamentos e monitoramento anual de lotação, garantindo condições materiais e pedagógicas e a valorização do trabalho docente e não docente.

## Condições de trabalho e infraestrutura

É preciso ter uma preocupação com a saúde integral, incentivar atividades esportivas e sociais com essa finalidade. Discutir um novo formato de escola, desde a sua arquitetura, laboratórios, promoção de esportes individuais e coletivos, implementação de atividades artísticas, até a avaliação de incentivo para melhora de desempenho.

## Concursos públicos: reduzir a precarização e fortalecer a categoria

Um dos grandes desafios enfrentados pela educação em Maracanaú é a crescente precarização das relações de trabalho. Nas escolas municipais, a realidade é marcada pela expressiva presença de contratações temporárias — 609 professoras(es), segundo dados informados pela Secretaria de Educação em agosto de 2025 — e terceirizações, que substituem vínculos efetivos e fragilizam a política educacional. Essa prática compromete a qualidade do ensino e aprofunda a instabilidade profissional, pois as(os) trabalhadoras(es) temporárias(os), além de viverem sob a ameaça constante de não renovação do contrato, não dispõem dos mesmos direitos assegurados às(aos) servidoras(es) efetivas(os), como progressão na carreira, estabilidade e previdência. Para a categoria como um todo, o resultado é fragmentação, enfraquecimento da mobilização coletiva e aprofundamento das desigualdades no acesso a direitos.

## Direitos sociais da comunidade escolar

As lutas da categoria não se restringem aos direitos trabalhistas. É papel do sindicato pautar também os direitos sociais: acesso universal, condições dignas de aprendizagem, respeito à diversidade e proteção contra violências. Por isso, o Congresso reafirma as bandeiras de uma educação antirracista, feminista, inclusiva, sustentável e livre de LGBTfobia, além do combate ao autoritarismo, ao assédio moral e ao assédio sexual.

## Conjuntura nacional: ataques e resistências

No plano nacional, a possibilidade de uma Reforma Administrativa ameaça servidoras e servidores das três esferas, fragilizando a estabilidade e reduzindo garantias. A queda nos investimentos públicos em educação também compromete a qualidade do ensino, afetando desde a infraestrutura até a valorização profissional. Diante desse quadro, ganha força a necessidade de concursos públicos para recompor os quadros, enfrentando a precarização gerada pelas contratações temporárias e terceirizações. Além disso, cresce a resistência contra processos de privatização da educação pública, reafirmando o papel do movimento sindical em articular a defesa da escola pública com a luta mais ampla pela democracia e pelos direitos sociais.

## Queda de investimentos em educação

A redução dos recursos públicos para a educação no Brasil tem impactado diretamente o cotidiano escolar. Menos financiamento significa infraestrutura precária, escolas em anexos, falta de materiais e sobrecarga de trabalho, além de dificultar a manutenção de direitos como o piso e a carreira. Para o SUPREMA, denunciar essa realidade e lutar por mais investimento público é essencial, pois sem recursos adequados não há como garantir qualidade nem valorização profissional.

## Luta contra privatizações

As tentativas de privatizar a educação — seja por terceirizações, militarização ou parcerias privadas — fragilizam a escola pública, reduzem direitos e comprometem a gestão democrática. O SUPREMA reafirma sua defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade, chamando a categoria à mobilização contra retrocessos e à resistência organizada frente a qualquer forma de mercantilização do ensino.

## Livre organização sindical e respeito ao SUPREMA

Num contexto em que o movimento sindical sofre constantes tentativas de deslegitimação, torna-se essencial reafirmar o direito à livre organização sindical e o respeito ao SUPREMA como entidade representativa legítima das e dos profissionais em educação de Maracanaú. Garantir autonomia sindical é assegurar que as lutas travadas pelo coletivo da categoria tenham voz, legitimidade e respaldo institucional.

## Conclusão

Assim, o II Congresso Municipal das e dos Profissionais em Educação de Maracanaú se apresenta como um marco estratégico de reflexão e decisão coletiva, pois reafirma e consolida as conquistas do magistério, ao mesmo tempo em que enfrenta a estagnação das e dos demais profissionais da educação, resiste às ameaças constantes ao IPM, debate os rumos do Plano Municipal de Educação e da escola em tempo integral e denuncia a precariedade das condições de trabalho e da infraestrutura escolar.

Além disso, insere-se na luta nacional contra a Reforma Administrativa, os cortes de investimento e os processos de privatização da educação pública, defendendo uma escola democrática, laica, antirracista, feminista, inclusiva e livre de todas as formas de opressão, com condições dignas para profissionais e estudantes.

Desse modo, ao celebrar os 35 anos de história do SUPREMA, este Congresso se afirma como espaço de unidade, resistência e mobilização, convocando a categoria a participar ativamente da construção do Plano de Lutas que orientará as batalhas imediatas e futuras em defesa da educação pública e dos direitos das(os) trabalhadoras(es) em Maracanaú.

# PLANO DE LUTAS 2025

## 1. Finalidade e princípios

Este Plano de Lutas orienta a ação política e sindical do SUPREMA e da categoria no período 2025–2026, em coerência com a Análise de Contexto aprovada. Tem por finalidades:

- a) manter conquistas e impedir retrocessos;
- b) ampliar direitos de professoras(es) e demais profissionais da educação;
- c) fortalecer a escola pública, democrática, laica, inclusiva e de qualidade, com financiamento adequado;
- d) defender o IPM, a previdência pública e o serviço público;
- e) garantir participação da base em todas as etapas (negociação, implementação e avaliação).

**Princípios transversais:** gestão democrática, transparência, controle social, combate a todas as formas de discriminação e violência (racismo, machismo, LGBTfobia), saúde do(a) trabalhador(a), acessibilidade e inclusão.

## 2. Eixos Estratégicos e Propostas

### Eixo 1 — Valorização e Direitos (magistério e demais profissionais da educação)

- **Cumprimento integral do Piso Nacional do Magistério:** Exigir a aplicação anual do reajuste do piso com atualização imediata das tabelas salariais e repercussão em todos os níveis e classes da carreira, e não apenas no vencimento inicial. Garantir o respeito à Lei do Piso, sua manutenção plena e impedir qualquer tentativa de vincular o aumento proposto pelo governo federal a tetos salariais locais ou à realização de concurso público para sua efetivação.

- **Cumprimento efetivo do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) do magistério**, com enquadramentos, progressões, titulações e vantagens devidas.
- **Descongelamento do PCCV das e dos demais profissionais da educação**, contemplando níveis, titulações, progressões (automáticas) e gratificações por ambientes/atribuições de maior complexidade, assegurando valorização, agilidade processual e justiça na carreira.
- **Realização de concursos públicos para toda a rede municipal** — professoras(es) e demais profissionais —, com provimento das vagas necessárias e redução da dependência de contratos temporários e terceirizações, garantindo que, após a realização do concurso, as seleções para contratos temporários ocorram, no mínimo, a cada dois (2) anos.
- **Isonomia remuneratória às e aos profissionais temporários**, assegurando-lhes, no mínimo, o salário instituído para a e o profissional do magistério graduada(o).
- **Política permanente de auxílio-alimentação** com reajuste anual e critérios transparentes; revisão do valor de referência.
- **Auxílio-transporte** compatível com deslocamento do(a) servidor(a).
- **Adicionais de insalubridade/periculosidade** quando cabíveis, com laudos atualizados e pagamento regular.
- **Respeito à liberdade de cátedra e à autonomia pedagógica**, sem perseguições políticas ou ideológicas.
- **Defender a implementação dos quinquênios**, a retomada do direito universal à licença-prêmio — com o pagamento das devidas — e a criação de gratificação específica para profissionais lotadas(os) em escolas de difícil acesso.
- **Assegurar valorização e direitos às e aos monitores de turno**, contraturno e busca ativa, com aumento salarial, ressarcimento justo e garantia de pagamento durante o período de férias e recesso escolar (janeiro e julho).
- **Garantir que as e os profissionais em cargos comissionados tenham direito à licença médica**, sem perdas salariais ou prejuízo funcional.
- **Redução de carga horária**: Implementar imediatamente a redução da carga horária para as e os profissionais que já têm esse direito reconhecido, assegurando sua aplicação sem perdas salariais ou de progressão na carreira.
- **Incorporação da gratificação do AEE**: Garantir a incorporação da gratificação recebida pelas(os) professoras(es) do Atendimento Educacional Especializado (AEE) ao vencimento base, reconhecendo o caráter permanente da função e assegurando valorização salarial e estabilidade nos direitos da carreira.
- **Incorporação da gratificação de secretárias(os) escolares**: Assegurar a incorporação da gratificação das(os) secretárias(os) escolares ao vencimento base, reconhecendo a natureza permanente das atribuições exercidas e garantindo valorização salarial, estabilidade e isonomia na carreira.



## Eixo 2 — Condições de Trabalho, Saúde e Infraestrutura

- **Plano Municipal de Reestruturação das Escolas, com parâmetros mínimos obrigatórios e cronograma público de execução e manutenção, abrangendo:** fim de anexos, reformas estruturais, manutenção preventiva programada, climatização integral de todas as salas de aula e ambientes pedagógicos, bibliotecas e laboratórios plenamente equipados, mobiliário ergonômico, acessibilidade universal e ambientes dignos para o trabalho administrativo e pedagógico.
- **Conectividade e tecnologia:** internet pedagógica de qualidade em todas as unidades; rede interna estável; equipamentos para uso pedagógico e administrativo; política de software com foco em usabilidade e proteção de dados (LGPD).
- **Segurança e proteção nas escolas:** protocolos intersetoriais de prevenção e enfrentamento à violência; melhoria de iluminação e controle de acesso quando pactuados com a comunidade; mediação de conflitos e rede de proteção (Conselho Tutelar/saúde/assistência).
- **Transporte e alimentação escolar:** garantia de rotas seguras, frota adequada/contratada e alimentação de qualidade, com cardápios equilibrados e transparência de insumos.
- **Cumprimento do 1/3 da jornada para atividades extraclasse,** com tempos de planejamento assegurados e espaços apropriados.
- **Dimensionamento de turmas:** Garantir o dimensionamento das turmas conforme parâmetros pedagógicos, evitando a superlotação e respeitando as especificidades da Educação Infantil, da EJA e do Atendimento Educacional Especializado (AEE), com a consequente redução do número de alunos por sala, de modo a assegurar melhores condições de ensino, acompanhamento individualizado e qualidade da aprendizagem.
- **EPIs, ergonomia e condições ambientais** (ventilação, ruído, iluminação) adequadas a cada função.
- **Energia e sustentabilidade:** incentivo a projetos de eficiência energética e, quando couber, implantação de sistemas fotovoltaicos; gestão de resíduos nas escolas.
- **Coibir cobranças excessivas por elevação de indicadores de aprendizado** e por provas externas, evitando metas e pressões abusivas que precarizam o trabalho e o processo pedagógico.
- **Denunciar e combater a prática de atribuir às e aos docentes tarefas próprias das editoras,** realizadas sem a devida remuneração. Exigir a criação de regras claras e a implementação de compensação financeira justa por esse trabalho adicional, garantindo valorização e respeito às funções pedagógicas.
- **Adequação do ponto eletrônico à realidade do magistério,** considerando jornadas, atividades extraclasse e especificidades pedagógicas.
- **Direito à merenda escolar:** Garantir o direito à merenda escolar para professoras(es) em atividade nas escolas, quando o regime de trabalho implicar permanência integral ou jornada estendida, reconhecendo a alimentação como parte das condições adequadas de trabalho.

- **Carteira Nacional do Magistério:** Assegurar a adesão do município à Carteira Nacional do Magistério e a plena efetivação dos benefícios vinculados, garantindo acesso aos direitos, programas e vantagens previstos nacionalmente para a categoria.
- **Combate à medicalização da educação:** Denunciar e combater práticas que tratam dificuldades de aprendizagem e comportamento como doenças individuais, especialmente entre crianças e adolescentes neurodivergentes, que acabam sendo vítimas de processos de exclusão, estigmatização e medicalização indevida. Defender o fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas, com formação continuada das e dos profissionais em educação e atuação efetiva de equipes multiprofissionais, garantindo o acolhimento, o respeito às diferenças e o direito à aprendizagem de todas e todos.
- **Planejamento integrado à jornada docente:** Incluir o planejamento pedagógico como parte integrante dos dias letivos, com carga horária e cronograma definidos de forma a evitar a sobrecarga das e dos profissionais e garantir tempo adequado para estudo, avaliação e formação. Assegurar, paralelamente, a oferta de atividades domiciliares às e aos estudantes durante esses períodos, de modo a garantir o cumprimento da carga horária discente e a continuidade do processo de aprendizagem.
- **Retomada e expansão do CEJAM:** Retomar e ampliar o Centro de Educação de Jovens e Adultos de Maracanaú (CEJAM), com a criação de pólos territoriais em diferentes regiões do município, garantindo o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos pela população jovem e adulta, com infraestrutura adequada e equipes pedagógicas completas.

## Eixo 3 — Saúde do(a) Trabalhador(a) da Educação

- **Política Municipal de Saúde do(a) Trabalhador(a) da Educação,** com atendimento médico e psicossocial, prevenção do adoecimento, ergonomia, vigilância em saúde e campanhas de vacinação.
- **Perícia humanizada e readaptação funcional sem perdas,** com fluxos claros, prazos razoáveis e respeito à dignidade do(a) servidor(a).
- **CAT e nexos causal:** emissão e acompanhamento de Comunicações de Acidente de Trabalho e adoecimento relacionado ao trabalho.
- **CIPAs e comissões internas de saúde e segurança** nas escolas/pólos, com participação efetiva de trabalhadoras e trabalhadores.
- **Controle de frequência/ponto** com regras humanizadas (envio eletrônico de atestados, reposição pactuada, proteção em casos de adoecimento laboral), sem penalidades automáticas.
- **Acompanhamento de doenças crônicas** e garantia de calendário vacinal atualizado para trabalhadores e trabalhadoras em educação.
- **Regulamentação de afastamentos por saúde:** Normatizar o aceite de declarações de comparecimento para exames e atendimentos, inclusive sessões de fisioterapia, sem prejuízo à remuneração da(o) servidora(or). Estabelecer que o encaminhamento ao Perito Médico (IPM) ocorra apenas quando o atestado médico exceder quinze (15) dias consecutivos.



## Eixo 4 — Previdência (IPM)

- **Defesa do IPM** como regime próprio de servidoras e servidores municipais: **nenhuma nova reforma** que retire direitos.
- **Transparência ampliada:** publicação regular de balancetes, estudos atuariais e carteira de investimentos, em linguagem acessível.
- **Auditoria independente periódica** do IPM, com divulgação pública dos resultados.
- **Conselho paritário com representação do SUPREMA**, com acesso a informações e poder de fiscalização.
- **Criação de um Instituto de Saúde**, para todas(os) as(os) servidoras(es) municipais, sendo este instituído pelo governo municipal e gerido pelo IPM de Maracanaú.
- **Medidas para reduzir impactos da última reforma**, com revisão de bases de cálculo/descontos que agravaram perdas salariais.
- **Redução da alíquota** previdenciária da trabalhadora e do trabalhador ativo e aposentada/aposentado;
- **Atendimento digno ao segurado:** canais de informação, simulação de aposentadoria e prova de vida simplificada.

## Eixo 5 — Políticas Educacionais, PME e Democracia na Escola

- **Atualização do Plano Municipal de Educação (PME)** com participação paritária (SEDUC–SUPREMA–Fórum–Comunidade), diálogo com a educação contemporânea, metas de qualidade e financiamento adequado.
- **Escola em tempo integral com condições reais:** expansão vinculada a infraestrutura, quadro de pessoal e formação; rejeição de implantações formais sem suporte.
- **Equipe multiprofissional** nas escolas (psicologia e serviço social), com lotação suficiente e fluxos de atendimento articulados com saúde e assistência social (Lei 13.935/2019).
- **Educação Especial e Inclusiva:** AEE com profissionais e salas de recursos multifuncionais suficientes; acessibilidade comunicacional (Libras, materiais ampliados); transporte acessível.
- **EJA fortalecida:** busca ativa de estudantes, itinerários formativos, certificação e parcerias com universidades e institutos para qualificação.
- **Gestão democrática:** eleição direta do núcleo gestor; fortalecimento e funcionamento regular dos conselhos escolares; orçamento participativo na escola.
- **Contra a militarização:** defesa da escola pública, democrática e civil; não à transformação de unidades em escolas cívico-militares.
- **Laicidade e liberdade pedagógica:** respeito à Constituição; garantia de educação antirracista, inclusiva e comprometida com os direitos humanos.

- **Respeito à BNCC:** Garantir que as habilidades e descritores específicos de cada componente curricular previstos na BNCC sejam efetivamente observados, assegurando coerência pedagógica e qualidade no processo de ensino-aprendizagem.

## Eixo 6 — Formação e Qualidade do Trabalho Educacional

- **Formação continuada para toda a rede** (magistério e demais profissionais em educação), dentro da jornada, com certificação e aderência às necessidades reais da escola.
- **Retomada/fortalecimento de formações para demais profissionais em educação**, com itinerários por função.
- **Formações específicas** em AEE, Libras, inclusão, alfabetização, tecnologias educacionais, educação integral, gestão escolar, proteção de dados (LGPD) e mediação de conflitos.
- **Acesso à formação acadêmica:** convênios com universidades/IFs, aumento das vagas para licenças para estudo e incentivo à titulação, sem prejuízo remuneratório.

## Eixo 7 — Direitos, Igualdade e Proteção

- **Política municipal de prevenção e enfrentamento ao assédio moral e sexual**, ao racismo, ao machismo e à LGBTfobia: canais seguros de denúncia, proteção às vítimas, apuração célere e responsabilização.
- **Garantias de igualdade de oportunidades:** respeito à licença-maternidade; ampliação da licença paternidade e proteção na primeira infância; respeito ao nome social; inclusão e acessibilidade para servidoras(es) com deficiência.
- **Proteção em casos de violência doméstica** (Lei Maria da Penha), com flexibilização de jornada quando necessário e apoio institucional.
- **Calendário educativo** de promoção da diversidade, dos direitos humanos e da cultura de paz nas escolas.

## Eixo 8 — Organização Sindical, Negociação e Participação

- **Mesa Permanente de Negociação** entre SUPREMA e Poder Público Municipal, com calendário regular, pauta pública e registro de compromissos.
- **Liberação e garantia de atuação sindical:** acesso às escolas, reuniões por pólo, representação de escola ativa, participação em conselhos e fóruns municipais de educação e previdência.
- **Direito de greve e não retaliação:** respeito às garantias constitucionais, sem perseguições administrativas.
- **Transparência e controle social:** publicização de dados educacionais, orçamentários e previdenciários em linguagem acessível; fortalecimento do Conselho Municipal de Educação e do acompanhamento social do IPM.
- **Comunicação com a base:** boletins, assembleias descentralizadas, plenárias temáticas e consultas públicas, fortalecendo a participação da categoria.

## Eixo 9 — Financiamento da Educação e Pauta Nacional

- **Recomposição e ampliação do investimento público** em educação no município, com prioridades definidas de forma participativa (infraestrutura, pessoal, formação, materiais e tecnologia).
- **Defesa do FUNDEB** e de suas complementações, com correta aplicação e transparência.
- **Contrariedade a vouchers, privatizações e terceirizações do núcleo pedagógico;** defesa de rede pública sob gestão pública.
- **Articulação com a luta nacional:** contra a Reforma Administrativa e quaisquer medidas que ataquem estabilidade e direitos de servidoras e de servidores; defesa de pisos para demais profissionais em educação; concursos públicos; financiamento adequado para a presença de mais psicólogas(os) e assistentes sociais nas escolas.

## Eixo 10 — Estudantes, Comunidade e Direitos na Escola

- **Direitos das e dos estudantes:** acesso, permanência, aprendizagem e proteção integral; políticas de combate à evasão e ao trabalho infantil.
- **Participação estudantil e das famílias:** grêmios, conselhos escolares ativos, escuta qualificada da comunidade e diálogo permanente com territórios.
- **Materiais didáticos e kits:** distribuição regular e adequada às etapas; fardamento escolar quando cabível; respeito à diversidade cultural e local.
- **Protocolos de acolhimento** em situações de violências e sofrimento psíquico, com articulação intersetorial e respeito à confidencialidade.
- **Educação inclusiva e anticapacitista:** eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais; formação continuada da comunidade escolar; protocolos de acessibilidade (Libras, braile, legendas, audiodescrição, comunicação alternativa); tecnologias assistivas e AEE com equipe adequada; adaptações razoáveis de avaliação e currículo; plano educacional individualizado; participação de estudantes com deficiência e famílias; monitoramento e ouvidoria de acessibilidade.

## 3. Disposições complementares

- Este Plano poderá ser **revisto/atualizado** por deliberação de assembleia da categoria, preservando o núcleo de direitos aqui estabelecido.
- Os casos omissos serão resolvidos pela **Diretoria Executiva do SUPREMA**, ouvindo a Comissão de Sistematização e a base.

Maracanaú, 18 de outubro de 2025

Plenária Final do II Congresso Municipal das e dos  
Profissionais em Educação de Maracanaú – SUPREMA